

Orçamento estoura em Cz\$ 300 bi

O Governo vai tentar segurar por mais tempo o envio ao Congresso da Segunda Lei de Excesso de arrecadação de 87, como mais um instrumento para redução do déficit público, uma vez que a meta de 3,5% do Produto Interno Bruto encontra dificuldades para ser alcançada. A arrecadação adicional de Cz\$ 300 bilhões prevista na Lei de Excesso terá grande parte, mais de Cz\$ 100 bilhões, destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais da administração direta.

As transferências não compulsórias, através do Orçamento Geral da União, também sofrerão uma significativa injeção de recursos da Lei de Excesso, avaliam técnicos da Secretaria do Tesouro, em função do aumento das pressões políticas junto ao presidente José Sarney pelos governadores que deverão subgir de temperatura com a proximidade da definição do mandato presidencial.

O Orçamento Geral da União para o próximo ano será enviado até o próximo dia 31 ao Congresso, seguindo o prazo determinado pela legislação. Até agora, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministério da Fazenda não acertaram o patamar definitivo para a inflação acumulada de 88. A hipótese mais otimista, da Secretaria do Tesouro, de 60% não conta com a aprovação da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Como já se tornou tradicional nas elaborações de orçamento pelo Governo, mesmo diante das estimativas de uma inflação acumulada superior a 120%, o Orçamento Geral da União para 88 deverá projetar uma inflação de 80% numa projeção menor do que a real, dentro da tentativa de segurar os gastos públicos.